

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA DE  
REGISTROS PÚBLICOS DO XXXXXXXXXXX-XX**

**FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO**, portadora do RG nº. XXXXXXXX SSP/XX e CPF nº. XXXXXXXX, residente e domiciliada no XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, telefones nº.: XXXXXXXX e XXXXXXXX, vem à presença de V.Exa., por intermédio da *Defensoria Pública do XXXXXXXX*, com fundamento na Lei de Registros Públicos, propor a presente

**AÇÃO DE ALTERAÇÃO DE PRENOME C/C  
RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO**

Pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

**I - DOS FATOS**

A requerente nasceu aos XX de XXXXXX de XXXX, na cidade de XXXXXX, sendo registrada com o nome de FULANO DE TAL, conforme atesta a certidão de nascimento em anexo, expedida pelo Cartório de Paz, Notas e Registro Civil de XXXXXXXX, lavrado no livro XXX, folha XXXX, sob o número de ordem XXXX.

Os prenomes XXXXXXXX sempre foram motivo de insatisfação para a requerente, atingindo a sua auto-estima e acarretando desconforto psicológico advindo do desagrado e vergonha em relação a seu próprio nome. O prenome XXXXX possui um cunho tanto quanto pejorativo, e por conta dele a requerente sempre foi alvo de brincadeiras e apelidos desde a infância, o que a desagrada profundamente. A insatisfação com o prenome agravou-se aos sete anos de idade, momento em que passou a freqüentar a escola.

Ocorre que a requerente é conhecida por XXXX em seu círculo de relacionamentos, a ponto de as pessoas só saberem do prenome da requerente quando presenciam situações em que há necessidade de apresentar os documentos ou de declinar o nome completo.

Assim, a requerente pretende, por meio da presente ação, alterar seu prenome para **FULANO DE TAL**, para que se evitem os embaraços e o mal estar no seu meio social, e para que finalmente possa gozar de satisfação com sua identificação pessoal.

A requerente esclarece que não procurou mudar o seu nome no primeiro ano após atingir a maioridade porque desconhecia a existência do permissivo legal.

A requerente, por oportuno, junta com a inicial prova dos seus dados pessoais como a certidão de nascimento passada pelo Cartório competente; certidões negativas de feitos cíveis, criminais e de protesto da Justiça do XX, as certidões negativas da Receita Federal e Distrital; a certidão de antecedentes criminais da Polícia Civil do XXXXXXXXX e da Polícia Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Justiça Eleitoral.

A insatisfação é enorme, necessitando ganhar novo prenome para que possa usá-lo de forma clara e satisfatória.

## **II - DO DIREITO**

O pedido de alteração é fundamentado nos artigos 55 e 57 da Lei nº 6.015/73:

**Art. 55. (...)**

**Parágrafo único.** “Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores (...)”

**Art. 57.** “Qualquer alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandato e publicando-se a alteração pela imprensa.”

Neste caso, embora o nome dado a requerente fosse suscetível de expô-la ao ridículo, aperfeiçoou-se o registro, razão pela qual há de ser reparado.

Segundo Euclides de Oliveira, em artigo publicado no Caderno de Doutrina de março de 1999, *“o nome constitui um dos mais importantes atributos da personalidade, ao lado da capacidade e do estado civil. É a etiqueta ou o sinal exterior pelo qual a pessoa será conhecida e chamada durante toda a sua existência e mesmo depois da morte, servindo de permanente símbolo de identificação como sujeito de direitos e obrigações na ordem social”*. Assim, o nome de uma pessoa a marca com transcendência infinita por toda a vida.

É por meio do nome que as pessoas projetam a individualidade no meio familiar e social. Conclui-se daí a importância da satisfação do nomeado com o seu próprio nome, razão pela qual o art. 57, da Lei de Registros Públicos propõe uma exceção ao princípio da imutabilidade do nome.

A jurisprudência consagra o entendimento de que a regra da imutabilidade do nome é relativa, como nos exemplos abaixo:

TJDF - EIC4245297, Relator EDSON ALFREDO SMANIOTTO, 2ª Câmara Cível, julgado em 03/02/1999, DJ 10/11/1999 p. 8. ALTERAÇÃO DE PRENOME - INTERPRETAÇÃO DO ART. 58, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS. 1. O nome integra a personalidade por ser o sinal exterior pelo qual se designa, se individualiza e se reconhece a pessoa no

seio da família e da sociedade. Assim, como tal, a pessoa deve sentir orgulho e honra do próprio nome. 2. Não há, pois, de se aceitar a hipótese do formalismo extremo que considera o prenome imutável, se sobrepondo à realidade da vida.

---

TJDF - 20000110397249APC, Relator JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, 2ª Turma Cível, julgado em 21/03/2002, DJ 19/06/2002 p. 36. Ementa: CIVIL. REGISTROS PÚBLICOS. PRENOME. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE. I. Para segurança das relações jurídicas estabelecidas entre as pessoas físicas é conveniente a imutabilidade do nome, pois atributo da própria personalidade. Porém, essa regra não é absoluta, podendo o prenome ser substituído por apelido notório de seu titular. Inteligência do art. 58, caput, da Lei de Registros Públicos, com a redação emprestada pela Lei nº 9.708/98. Depois, a recorrente busca a tutela jurisdicional para cancelar uma situação de fato preexistente. 2. Recurso provido. Unânime.

---

TJDF - 19990110336839APC, Relator JERONYMO DE SOUZA, 3ª Turma Cível, julgado em 18/06/2001, DJ 29/08/2001 p. 59. Ementa: REGISTRO CIVIL. ALTERAÇÃO DE PRENOME. NOME DE CONHECIMENTO NO MEIO SOCIAL E FAMILIAR. EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO LEGAL E GERAL DA IMUTABILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 58,

PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS. PRECEDENTES. I. A jurisprudência (RT n. 143/270, 154/806, 185/424, 532/86, 412/178, 507/69, 517/106, 534/79, 537/75), reconhecendo a possibilidade da pessoa se sentir vítima do desconforto psicológico advindo do desagrado e vergonha em relação a seu próprio prenome, admite que deve constar do registro aquele pelo qual a pessoa é conhecida e não o que consta do registro. 2. É inaceitável o apego ao formalismo extremo que considera o prenome imutável, impondo-se à autora uma convivência conflituosa com prenome que gera sentimento de ignomínia, diante da demonstração inequívoca de que não há qualquer intenção dolosa por parte da apelante em pretender alterar seu prenome, porquanto foram juntadas aos autos a folha de antecedentes penais do INI, além das certidões negativas de feitos cíveis, criminais e de protesto da Justiça do DF, cíveis e criminais da Justiça Federal, e finalmente de crime eleitoral - TRE/DF. Apelação provida. Sentença reformada.

A doutrina enfatiza a possibilidade de alteração do nome suscetível de expor a pessoa a situações vexatórias:

“Em sede doutrinária, sublinha-se a possibilidade da combinação do prenome com o sobrenome gerar cacófato ou expressão vexatória, ou ainda de pessoas do sexo masculino a que se queiram atribuir prenomes tipicamente femininos (ou vice-versa) – casos em que o nome resultante não será menos indesejado pelo ordenamento jurídico (Maria Celina Bodin de Moraes,

‘Sobre o Nome da Pessoa Humana’, p. 45). Ampliam-se, assim, as possibilidades de intervenção judicial relativamente ao nome, tendo em conta que o valor tutelado é a dignidade da pessoa por ele identificada.” (TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. Código civil interpretado conforme a constituição da república, vol I. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 47.).

### **III - PEDIDO**

#### **Por todo o exposto, REQUER:**

- a) Os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 4º da Lei n.º 1060/50;
- b) A intimação do Ministério Público para intervir no feito como fiscal da lei;
- c) A procedência do pedido, para julgar procedente a alteração do prenome da requerente de **FULANO DE TAL** para **FULANO DE TAL** e em consequência ordenar ao Cartório de Paz, Notas e Registro Civil de XXXXXXXX que averbe a alteração do prenome da requerente, devendo expedir nova certidão de nascimento para a requerente sem cobrança de emolumentos.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Dá à causa o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXX reais).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXX/XX, XX de XXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**

---

**DEFENSOR PÚBLICO**



**ROL DE TESTEMUNHAS:**

- **FULANO DE TAL**, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, TEL. XXXXXX;
- **FULANO DE TAL, residente** e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, TEL. XXXXXX;
- **FULANO DE TAL**, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, TEL. XXXXXXXX.